

**DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA À INSTRUÇÃO DO PROCESSADO
PARA EFEITOS DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
TIPO DA PROPOSIÇÃO: PL Nº 1.468 de 2007 (apenso PL nº1.831/07)**

1. A proposição provoca repercussão negativa no âmbito dos orçamentos da União, estados e municípios?

☒ SIM → ☒ Aumento de despesa - ☒ União ☐ estados ☐ municípios
→ ☐ Diminuição de receita - ☐ União ☐ estados ☐ municípios
☐ NÃO

1.1.Há proposição apensa, substitutivo ou emenda que provoque aumento de despesa ou diminuição de receita na União, estados e municípios?

☒ SIM

- ☒ Aumento de despesa. Quais? PL 1.831/07 e Substitutivo da CEC
- ☐ Implica diminuição de receita. Quais?
- ☒ Não implica aumento da despesa ou diminuição da receita. Quais?

Emendas Supressivas nº 01 e 02, de 2007, da CSSF (ambas propõem a exclusão da alteração do artigo 67 da LDB, proposta pelo PL nº 1.468/07).

☐ NÃO

2. Em caso de respostas afirmativas às questões do item 1:

2.1. Há emenda de adequação que suprima o aumento de despesa ou diminuição de receita?

☒ SIM (Emendas supressivas nº 01/2007 e 02/2007 da CSSF) ☐ NÃO

2.2. A proposição está instruída com estimativa do impacto orçamentário e financeiro no exercício em que seus efeitos devam entrar em vigor e nos dois subsequentes?

☐ SIM ☒ NÃO

2.3. A estimativa de impacto da proposição foi elaborada por órgão dos Poderes, do Ministério Público da União ou Defensoria Pública da União e encontra-se acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas?

☐ SIM ☒ NÃO (não há estimativa)

2.3. Foi indicada a compensação com vistas a manter a neutralidade fiscal da proposta?

☐ SIM ☒ NÃO

3. As demais exigências constitucionais, legais e regimentais relacionadas à adequação e compatibilidade orçamentária e financeira foram atendidas¹?

☐ SIM ☒ NÃO

3.1. Se não, relacionar dispositivo infringido: LRF: art. 16, 17; LDO 2015: art. 108; Súmula nº 1/08 - CFT

4. Outras observações:

O Projeto de Lei nº 1.468, de 2007, propõe alterações nos artigos 4º, 9º, 11 e 67 da LDB. A proposta pretende ampliar a assistência médica aos alunos do ensino fundamental público, ao inserir o atendimento médico e odontológico preventivos, mediante convênio com o SUS;

¹ Verificar especialmente os arts. 63, 167, 195 e 169 da Constituição Federal; arts. 14, 15, 16, 17, 20, 21, 22, 23 e 24 da LRF; PPA 2012/2015; arts. 93, 108 e 109 da LDO 2015; Norma Interna da CFT, de 29 de maio de 1996 e Súmula 1/98-CFT.



Câmara dos Deputados

Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira – CONOF

estabelecer para a União a incumbência de participar da avaliação do ensino e prever a avaliação das escolas no âmbito municipal; bem como assegurar aos profissionais da educação, licença periódica destinada à capacitação a cada sete anos de trabalho.

O Projeto de Lei apensado nº 1.831, de 2007, de autoria do Senado Federal, propõe a alteração do artigo 4º da LDB, de forma idêntica à proposição principal.

Na Comissão de Seguridade Social e Família foram apresentadas duas emendas supressivas, ambas de idêntico teor, que propõem a exclusão da alteração do artigo 67 da LDB, proposta pelo PL nº 1.468/2007.

O projeto de lei principal, apenso e substitutivo não apresentam estimativa de impacto orçamentário financeiro nem indicam medida compensatória, nos termos dos art. 16,17 da LRF combinado com o art. 108 da LDO 2015 e da Súmula nº 1/08-CFT.

Brasília, 12 de maio de 2015.

Marcelo Augusto da Silva Costa
Assistente de Orçamento e Fiscalização Financeira